



CONTRATO CO/PRJ/0022/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA, DE UM LADO, A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA., ABAIXO QUALIFICADA, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA,

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE, localizada na Av. Santos Dumont, nº 1.789, 14º andar, Aldeota - Fortaleza-CE, CEP 60.150-160, inscrita no CNPJ sob o nº 02.486.321/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Diretor, Sr. HAROLDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, RG 888807-83, SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 282.882.023-87, e a empresa CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.488.050/0001-47, com escritório administrativo na Rua Teodorico Barroso nº 230, Vila União - Fortaleza-CE, CEP: 60.420-135, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS SANTOS, portador do RG sob o nº 11945-CE - SSP-CE e inscrito no CPF sob o nº 381.886.343-49, tendo em vista a rescisão unilateral do Contrato CO/PRJ/0020/2008, resultante da licitação sob forma de Pregão Presencial, nº 01/2007 (Processo Administrativo nº 07274430-8 - SPU), conforme os Processos PADM/GAF/0083/2011 e PADM/GAF/D136/2011, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 O presente Contrato tem como fundamento os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com destaque para o que preceitua o seu art. 24, Inc. XI, e a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste Termo, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da área de apoio administrativo da CONTRATANTE, de acordo com as especificações e condições previstas no edital do Pregão Presencial nº 01/2007, naquilo que não contraria as cláusulas do presente ajuste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, situada na Av. Santos Dumont, nº 1.789, 14º andar, Aldeota - Fortaleza-CE, CEP 60.150-160.

3.2 O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O valor contratual global importa na quantia de R\$ 1.017.138,24 (um milhão, dezessete mil, cento e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos), nos termos do Anexo I deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, por intermédio da GAF, realizará o pagamento à contratada através da emissão de NE (Nota de Empenho), mediante depósito bancário em conta a ser fornecida pelo próprio licitante que deverá ser preferencialmente no BANCO BRADESCO.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 3º RTOPJ  
TABELA: ANGELO MARIA APARECIDO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-57  
Rua Major Fausto, 575 - Centro - CEP: 60.226-105 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.3990  
E-mail: moraiscorreia@cartorioceara.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 242555 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nas Notas Públicas  
referido é verdade Boa fé. Fortaleza, 28 de outubro de  
2022 Emolumento R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

\_\_\_\_\_  
( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - Adriano Silva de Brito - Escrevente  
Ox MICHAEL - VALGO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO





5.2 A nota fiscal/fatura e recibo correspondentes, relativa aos serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada ao gestor do contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

5.3 A nota fiscal/fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, cujo valor será apurado através de medição, acrescidos dos valores referentes aos Encargos Sociais e Trabalhistas, vale-transporte, vale-alimentação, fardamento entregue no período, diárias, horas extras e adicional noturno, taxa de administração e tributos.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a apresentar, junto com a nota fiscal/fatura dos serviços prestados, cópia de comprovação da quitação das seguintes obrigações, sob pena da aplicação da multa e demais penalidades cabíveis:

a) Entrega de vale-transporte e vale-alimentação dos empregados envolvidos na execução do contrato, referentes ao mês posterior ao da nota fiscal/fatura;

b) Pagamento dos salários dos empregados envolvidos na execução do contrato, referente ao mês da fatura;

c) Recolhimento de contribuição devida ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do contrato, referente ao mês anterior ao da nota fiscal/fatura;

d) Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior, referente ao mês anterior ao da nota fiscal/fatura;

e) Recolhimento dos impostos e taxas constantes da Planilha de Composição de Tributos, referente ao mês anterior ao da nota fiscal/fatura.

5.5 O pagamento de cada nota fiscal/fatura dependerá da comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das quitações referidas nos subitens 5.3 e 5.4 acima.

5.6 Caso os serviços sejam aprovados pelo gestor do contrato, o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADA.

5.7 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

6.1 O preço ofertado em função da taxa de administração será irrevogável;

6.2 Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.3 Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Os recursos financeiros correrão à conta da CONTRATANTE, cujos recursos serão proveniente das Dotações Orçamentárias nº:

13200001.04.122.400.20328.22.33903700.00.0.00  
13200001.04.122.400.20328.22.33903700.70.0.00  
13200001.04.122.400.20328.22.33903700.83.2.00  
13200001.04.122.400.20328.22.33903700.89.2.00  
13200001.04.122.400.80013.22.33903700.00.0.00  
13200001.04.122.400.80013.22.33903700.70.0.00  
13200001.04.122.400.80013.22.33903700.83.2.00  
13200001.04.122.400.80013.22.33903700.89.2.00  
13200001.17.125.042.21214.22.33903700.89.2.00  
13200001.25.125.042.20459.22.33903700.83.2.00



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ  
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORRÊA - CNPJ: 06.873.000/0001-47  
Rua Major Paschoa, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5906  
E-mail: moraiscorrêa@moraiscorrêa.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 242556 A presente cópia fotostática  
conferida com o original exibido nestas Notas Públicas  
refere-se a verdade Dou fe. Fortaleza, 28 de outubro de  
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Agnina L. Rodrigues - ( ) - César Alexandre G. Rodrigues  
( ) - Aldeano Silva de Brito - Escrivães  
Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Confira os dados do ato em  
relatório disponível em  
www.moraiscorrêa.com.br





13200001.25.125.042.21216.22.33903700.70.0.00  
13200001.26.125.042.21215.22.33903700.70.0.00,

devendo ser desembolsados no período de duração do contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO CONTRATUAL

8.1 O prazo de duração do contrato será contado a partir de 1º de novembro de 2011, pelo período de 8 (oito) meses, remanescente do Contrato CO/PRJ/0020/2008, nos termos da legislação pertinente.

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1 A Adjudicatária deverá oferecer a título de garantia do contrato, e conforme o art. 56, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, 5% (cinco por cento) do valor a ser contratado, atualizado, podendo optar por uma das modalidades seguintes:

- a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública, vedada a prestação de garantia através de títulos da Dívida Agrária;
- b) Fiança Bancária;
- c) Seguro-Garantia.

9.2 A Garantia prestada será liberada ou restituída após a execução do Contrato, e, quando em dinheiro corrigida monetariamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Indicar um gestor para o contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

10.2 Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato;

10.4 Planejar, executar, coordenar, fiscalizar e controlar todas as atividades, visando o perfeito e total cumprimento do objeto desta licitação;

10.5 Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas;

10.6 Reembolsar a Contratada os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da Contratada a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva. Nos deslocamentos para fora do Estado será paga, além das diárias, a passagem aérea classe econômica, observando-se o disposto no art. 65, da Lei nº 8.666/93;

10.7 Reembolsar à Contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, quando for o caso;

10.8 Fixar a data para a realização do pagamento dos terceirizados, inclusive dos vales-alimentação, vales-transportes, diárias, adicionais, insalubridade, periculosidade, ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído à categoria.

*xxx*



*[Handwritten signature]*



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS  
TABELA: ANOELA MARIA ASSUNÇÃO MORAIS CORREIA - CNPJ: 04.571.008/0132  
Rua Major Fausto, 676 - Centro - CEP: 61.020-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3.442.0000  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 242555 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas  
referido e veracidade Dou fé, Fortaleza, 28 de outubro  
2022 Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

(1) - Francisco de A. M. Correia - (1) - Rafael Paz Lima Barbosa  
(1) - Arlene L. Rodrigues - (1) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
(1) - Adriano Silva de Brito - Escreventes  
Op: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 MANTER, durante todo o período de duração do contrato, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada, para atender as necessidades da contratada no intercâmbio financeiro e de recursos humanos;

11.2 REALIZAR o pagamento dos terceirizados na data fixada pela contratante, inclusive dos vales-alimentação, vales-transportes, diárias, adicionais, insalubridade, periculosidade, ou qualquer outro valor que venha a ser atribuído a categoria;

11.3 MANTER durante toda a duração do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

11.4 Caberá a CONTRATADA providenciar a substituição de qualquer empregado que esteja a serviço da CONTRATANTE, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE;

11.5 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, objeto desta licitação, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;

11.6 A CONTRATADA responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências relativas ao objeto contratual, respondendo, especificamente, pelo fiel cumprimento das Leis Trabalhistas e Legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para executar os serviços contratados;

11.7 A empresa CONTRATADA assumirá as responsabilidades de pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem Federal, Estadual e Municipal, ou que vierem a ser criados, bem como quaisquer encargos Judiciais ou Extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato e da execução dos serviços previstos;

11.8 É de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a integral observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e da Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida;

11.9 Apresentar mensalmente à CONTRATANTE, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere à CONTRATANTE;

11.10 Na vigência do contrato, a CONTRATADA terá o prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados mensalmente, para comprovar junto à CONTRATANTE, todos os pagamentos legais e obrigatórios efetuados, inerentes a execução do objeto contratual;

11.11 O pagamento ficará condicionado a comprovação de quitação das obrigações contidas no item 11.7.

11.12 A empresa CONTRATADA, obrigar-se-á a apresentar à CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pela Gerência Administrativo-Financeira – GAF, da ARCE, através da servidora Luciana Maria Matos Figueiredo, especialmente designada para este fim pela Administração, de acordo com o estabelecido no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, doravante denominada simplesmente GESTORA deste contrato, a quem competirá, entre outras atribuições:



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º Ofício de Notas e 2º RTDPJ  
TABELIA - ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.906/0001-67  
Rua Manoel Paes, 676 - Centro - CEP: 61.026-130 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.8100  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 242555 A presente cópia fotostática  
conferida com o original exibido nestas Notas Públicas. O  
referido é rendado Dou de Fortaleza, 28 de outubro de  
2022/Emolumentos R\$ 3,01 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Adilene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - Adriano Silva de Brito, Escreventes

Op.: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.





12.1.1 Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

12.1.2 Registrar em relatório todas as deficiências na execução dos serviços, tendo, inclusive, poderes para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas;

12.1.3 Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.1.4 Ordenar à CONTRATADA a substituição ou correção dos serviços, no caso de constatar ter sido o objeto executado com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.1.5 Encaminhar à unidade competente da CONTRATANTE os documentos que relacionem as importâncias relativas às multas a serem aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes pagamentos a serem efetuados.

12.2 A ação do GESTOR do contrato não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 No caso de inadimplemento de suas obrigações estará sujeita sem prejuízo das sanções legais na esfera civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

a) Advertência, quando do descumprimento de obrigações assumidas, desde que não acarrete grande prejuízo à execução do contrato e à administração.

b) Multas estipuladas na forma a seguir:

I. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso sobre o valor global estimado do contrato, no caso da não realização do serviço e/ou descumprimento das demais obrigações contratuais;

II. 10% (dez por cento) após o trigésimo dia de atraso sobre o valor global estimado, no caso da não realização do serviço e/ou descumprimento das demais obrigações contratuais;

III. 10% (dez por cento) sobre o valor global estimado, no caso de desistência de realizar os serviços com o consequente cancelamento da NE (Nota de Empenho).

c) Suspensão Temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos normativos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

13.2 A Suspensão Temporária que trata a alínea "c" do item 13.1 poderá ocorrer mediante condições previstas no Art. 32 do Decreto Estadual nº 28.089/2006.

13.3 A Declaração de Inidoneidade que trata a alínea "d" do item 13.1 se dará na ocorrência dos seguintes casos:

I. Quando constatada a má-fé em prejuízo da Administração, atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Administração ou, ainda, aplicações anteriores e sucessivas de outras sanções.

II. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

III. Praticar atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato.

IV. Se comprovada a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4 As penalidades que tratam as alíneas "c" e "d" do item 13.1 serão obrigatoriamente registradas no CRC - SEPLAG, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.







13.5 A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra empresa, sem prévio assentimento da CONTRATANTE, enseja sua rescisão com as consequentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

13.6 As multas que não for possível descontar na garantia da CONTRATADA ou por ocasião do pagamento, serão recolhidas, voluntariamente, por meio de DAE – Documento de Arrecadação Estadual, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome do órgão competente. Se não o fizer, será cobrado em processo de execução.

13.7 Nenhuma sanção será aplicada sem que seja assegurado em processo administrativo para apuração dos fatos, garantindo sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1988, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no § 2º do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 O Instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, a Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, Incisos I a IV, §§ 1º a 4º, da Lei citada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, do qual extraíram-se 02 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 19 de outubro de 2011.

  
CONTRATANTE

  
CONTRATADA

Testemunhas:

RG:  
CPF:

RG:  
CPF:





Nº	NOME	VALOR	MÊS/ANO
700.022-1-3	OTÁVIO COELHO DE ALMEIDA	44,00	JAN/2012
700.022-1-4	JULIANE DA SILVA CRIACAO	44,00	JAN/2012
700.024-1-8	REGIANE FERREIRA DE OLIVEIRA	44,00	JAN/2012

\*\*\* \*\*

PORTARIA Nº267/2011 - O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ARCE, no uso de suas atribuições legais RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.16 e seu Parágrafo Único do Decreto nº29.704, de 08 de Abril de 2009, AUXÍLIO TRANSPORTE aos ESTAGIÁRIOS relacionados no Anexo único desta Portaria, durante o mês de NOVEMBRO/2011. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de novembro de 2011.

José Luiz Lins dos Santos

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº267/2011, 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Nº	NOME	VALOR	MÊS/ANO
700.020-1-3	GALBIA ANOELICA GOMES DA SILVA	22,00	NOVEMBRO/2011
700.021-1-4	GIOVANA DE SOUZA ALMEIDA	22,00	NOVEMBRO/2011
700.022-1-3	OTÁVIO COELHO DE ALMEIDA	22,00	NOVEMBRO/2011
700.023-1-4	JULIANE DA SILVA CRIACAO	16,00	NOVEMBRO/2011
700.024-1-8	REGIANE FERREIRA DE OLIVEIRA	16,00	NOVEMBRO/2011

\*\*\* \*\*

PORTARIA Nº268/2011 - O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ARCE, no uso de suas atribuições legais RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.16 e seu Parágrafo Único do Decreto nº29.704, de 08 de Abril de 2009, AUXÍLIO TRANSPORTE aos ESTAGIÁRIOS relacionados no Anexo único desta Portaria, durante o mês de DEZEMBRO/2011. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de novembro de 2011.

José Luiz Lins dos Santos

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº268/2011, 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Nº	NOME	VALOR	MÊS/ANO
700.020-1-3	GALBIA ANOELICA GOMES DA SILVA	44,00	DEZEMBRO/2011
700.021-1-4	GIOVANA DE SOUZA ALMEIDA	44,00	DEZEMBRO/2011
700.022-1-3	OTÁVIO COELHO DE ALMEIDA	44,00	DEZEMBRO/2011
700.023-1-4	JULIANE DA SILVA CRIACAO	44,00	DEZEMBRO/2011
700.024-1-8	REGIANE FERREIRA DE OLIVEIRA	44,00	DEZEMBRO/2011

\*\*\* \*\*

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de novembro do ano de 2011, às 16h00, na sede da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, presentes os Conselheiros José Luiz Lins dos Santos; Guaracy Diniz de Aguiar e Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior; Lúcio Correia Lima, Assessor do Conselho Diretor; Alexandre Jorge Oliveira Triandópoulos, Assessor de Comunicação e Relacionamento Institucional e Tatiana Ciria Lima Sampaio Bandeira, Assessora do Gabinete que atuou como Secretária. OUTROS PROCESSOS: PGÁS/CET/0009/2011; Interessada: CEGÁS; Assunto: Revisão Extraordinária; Relator: Conselheiro Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior; Decisão: O Conselho tomou conhecimento do ofício CEGÁS-PR 176/2011 de 26 de outubro de 2011, decidiu acolher o parecer PR/CET/027/2011 e que pequenas alterações no preço da commodity, promovidas pela Petrobrás, deverão ser devidamente analisadas no momento da Revisão Ordinária da Margem Bruta, com vistas a analisar a razoabilidade do seu repasse à tarifa média de gás canalizado. EX/CDR/0263/2011 com referência no PCTR/CET/0006/2011; Interessado: DETRAN-CE; Assunto: Homologação da Revisão Extraordinária das Tarifas do Serviço Regular Metropolitano; Relator: Conselheiro José Luiz Lins dos Santos; Decisão: O Conselho, por unanimidade, resolveu homologar a Revisão Extraordinária das Tarifas do Serviço Regular Metropolitano, nos termos do voto do Relator. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: PADM/CSB/0098/2011; Interessado: Geraldo Basílio Sobrinho; Assunto: Concessão de Gratificação de Titulação; Decisão: O Conselho, por unanimidade,

decidiu acolher o relatório da Comissão de Avaliação de Títulos Acadêmicos e o Parecer da Procuradoria Jurídica PR/PRJ/0215/2011 autorizando a concessão da Gratificação de Titulação de Mestre no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor Geraldo Basílio Sobrinho. PADM/CDR/0032/2011; Interessado: Conselho Diretor da ARCE; Assunto: Participação da ARCE no Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - SWAP III; Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu aprovar os indicadores da ARCE para o SWAP III e autorizar o envio das propostas de assistência técnica ao IPECE, para posterior apresentação ao Exmo. Senhor Governador. PADM/CDR/0033/2011; Interessado: Conselho Diretor da ARCE; Assunto: Convênio com APROCE e Secretaria das Cidades para Planos Municipais de Saneamento Básico; Decisão: O Conselho tomou conhecimento dos ofícios GS nº2407/2011 da Secretaria das Cidades e APROCE nº230/2011 e decidiu aprovar a inclusão da ARCE nos convênios com a APROCE e CAGECE que visam prestar assessoria na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. OUTROS ASSUNTOS: O Presidente do Conselho Diretor informou que estará ausente no dia 25 de novembro do corrente ano, sendo substituído, pelo Conselheiro Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior. Término: 17h40. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de novembro de 2011.

José Luiz Lins dos Santos

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Guaracy Diniz de Aguiar

CONSELHEIRO DIRETOR

Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior

CONSELHEIRO DIRETOR

Tatiana Ciria Lima Sampaio Bandeira

ASSESSORA

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 0022/2011

CONTRATANTE: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da área de apoio administrativo da CONTRATANTE, de acordo com as especificações e condições previstas no edital do Pregão Presencial nº01/2007, daquele que não contraria as cláusulas do presente ajuste. FUNDAÇÃO LEGAL: Os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores, com destaque para o que preceitua o seu art.24, inc. XI PORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: A partir de 1º de novembro de 2011, pelo período de 8 (oito) meses, remanescente do Contrato CO/PRJ/0020/2008, nos termos da legislação pertinente. VALOR GLOBAL: R\$1.017.138,24 (um milhão, dezessete mil, cento e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) pagos em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato. DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: 13200001.04.122.400.20328.22.33903700.00.0.00, 13200001.04.122.400.20328.22.33903700.70.0.00, 13200001.04.122.400.20328.22.33903700.83.2.00, 13200001.04.122.400.20328.22.33903700.89.2.00, 13200001.04.122.400.80013.22.33903700.00.0.00, 13200001.04.122.400.80013.22.33903700.70.0.00, 13200001.04.122.400.80013.22.33903700.83.2.00, 13200001.04.122.400.80013.22.33903700.89.2.00, 13200001.17.125.042.21214.22.33903700.89.2.00, 13200001.25.125.042.20459.22.33903700.83.2.00, 13200001.25.125.042.21216.22.33903700.70.0.00 e 13200001.26.125.042.21215.22.33903700.70.0.00. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza - CE, 19 de outubro de 2011. SIGNATÁRIOS: Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior (Presidente do Conselho Diretor da ARCE) e Francisco das Chagas Dantas Santos (Sócio Administrador).

Gislene Rocha de Lima

PROCURADORA AUTÁRQUICA

Fortaleza, 21 de novembro de 2011.

\*\*\* \*\*

#### CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA Nº121/2011 - O CONTROLADOR E OUVIDOR GERAL DO ESTADO no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art.1º da Lei nº13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº27.471, de 17 de junho de 2004, com nova redação dada ao

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOPJ  
TANIELIA ANIELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 34.573.093/0001-57  
Rua Major Facundo, 676 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3444.0909  
E-mail: [tanielia@moraiscorreia.com.br](mailto:tanielia@moraiscorreia.com.br)

AUTENTICAÇÃO Nº 242555. A presente cópia fotostática  
conferiu com o original exibido pelas Notas Públicas Q  
referido é verdade Dou 10. Fortaleza, 28 de outubro de  
2022 Emolumento R\$ 3,01 - SEL 03 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barboza  
( ) - Ariens L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - Adriano Silva de Brito - Escrivães  
cp: MICHAEL - VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE.

